



## A minha maloca<sup>1</sup>: uma leitura autoetnográfica de *O som do rugido da onça*\*

### My household: an autoethnographic reading of *O som do rugido da onça*

Josalba Fabiana dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** Pretendo apresentar uma breve análise do diário de leitura que produzi a partir de *O som do rugido da onça* (2021), livro de Micheline Verunschck. O diário de leitura foi o meio para alcançar uma investigação autoetnográfica. Apesar da expectativa do encontro com um eu, da autoetnografia costumam emergir múltiplos *selves*, como utiliza Daniela Versiani (2005). Os *selves* são recortes de emoções, sentimentos e pensamentos motivados pela leitura. O romance me conduziu em várias direções ao longo da escrita do diário, mas nesta pesquisa me detive na minha memória de leitura de outros livros e questões como exibição e exposição. No diário de leitura, isso aparece mesclado com ansiedade, indignação, revolta. Além de Versiani, contribuíram para este trabalho os estudos de Philippe Lejeune (2008), de Daniel Manzoni-de-Almeida (2021) e de mim mesma (2020; 2023), que era então outra.

**Palavras-chave:** *O som do rugido da onça*. Micheline Verunschck. Diário de leitura. Autoetnografia. Indígenas.

**Abstract:** I intend to present a brief analysis of the reading diary I produced based on *O Som do Rugido da Onça* (2021), a book by Micheline Verunschck. The reading diary was a method to achieve an autoethnographic investigation. Despite the expectation of encountering a single self, autoethnography tends to reveal multiple selves, as Daniela Versiani (2005) suggests. These selves are fragments of emotions, feelings, and thoughts motivated by reading. Verunschck's novel led me in several ways throughout the writing of the diary, but in this research, I focused on my memory of reading other books and issues such as display and exposition. In the reading diary, this appears mixed with anxiety, indignation, and revolt. In addition to Versiani, this work draws on studies by Philippe Lejeune (2008), Daniel Manzoni-de-Almeida (2021), and myself (2020; 2023), who was then another.

**Keywords:** *O som do rugido da onça*. Micheline Verunschck. Reading diary. Autoethnography. Indigenous people.

<sup>1</sup> Alusão ao título da última parte de *O som do rugido da onça*, "A respeito da construção da maloca".

<sup>2</sup> Professora titular de literatura brasileira na Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: josalba@academico.ufs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0843-368X>.

\* Artigo recebido em 30 de junho de 2024. Aceito para publicação em 01 de agosto de 2024.

## Introdução

Este trabalho analisa o diário de leitura que produzi a partir de *O som do rugido da onça*, romance de Micheline Verunsch, publicado em 2021 e vencedor do Prêmio Jabuti de 2022.

O diário é o produto da minha terceira leitura desse livro. Primeiramente, eu o li para conhecer a narrativa; depois, porque o coloquei na lista de uma disciplina que ministrei na graduação em Letras, na Universidade Federal de Sergipe, e, por último, para a escrita do diário.

*O som do rugido da onça* se desenvolve em torno da história de duas crianças indígenas que foram raptadas no início do século XIX por naturalistas bávaros,<sup>3</sup> Carl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix. Os dois europeus nunca admitiram o rapto, para eles, os indígenas seriam apenas parte da coleção de espécimes composta a partir da viagem ao Brasil. O fato é que duas crianças em torno de 12 ou 14 anos foram levadas contra as suas vontades e de muitos dos seus para outro continente, outro clima, outra cultura, outra língua. Tal acontecimento ocorreu no ano de 1820. *O som do rugido da onça* é a ficcionalização dessa brutalidade.

## O diário de leitura

Antes de avançar neste trabalho, é preciso explicar de forma breve o que é o diário de leitura.<sup>4</sup> De um modo geral, trata-se de uma metodologia de apreensão da literatura.

O diário de leitura não é um diário íntimo.<sup>5</sup> Provavelmente teremos intimidades da diarista ou do diarista, mas, enquanto o diário íntimo pretende narrar a vida de alguém de maneira livre, isto é, sem regras pré-fixadas; o diário de leitura narra um processo de leitura, o que acarreta narrar parte da vida de alguém, todavia, sem perder de vista o texto lido. Ambos têm em comum “uma escrita cotidiana: uma *série de vestígios datados*” (Lejeune, 2008, p. 259, destaques do autor). No caso do meu diário, procurei me concentrar em escrever sobre as minhas condições de leitura (o ambiente, meu estado psicológico etc.), sobre as reflexões e associações que fazia durante o contato com *O som do rugido da onça* e quais memórias afetivas, sentimentos e emoções me tomavam. Portanto, o diário de leitura pode conter intimidades, mas não é íntimo e não é íntimo porque é um diário de leitura. O foco da escrita está no que se lê, ou melhor, o foco está no que se sente e pensa a partir

<sup>3</sup> Atualmente a Baviera não é mais um império independente, mas, sim, um dos estados alemães.

<sup>4</sup> Em meu artigo, “Diário de leitura: uma entrada, uma saída”, publicado na revista *Ecos*, v. 28, p. 42-63, 2020, trato de forma pormenorizada sobre o assunto.

<sup>5</sup> Sobre diário íntimo, ler “Diários e blogs”, de Philippe Lejeune, capítulo de *O pacto autobiográfico* (2008).

do que se lê. Logo, o diário de leitura é o registro do que vivi, senti e pensei quando realizei a leitura de um determinado texto, trata-se do registro de tudo o que me foi possível anotar do que me veio ao coração e à mente durante a leitura.

Porém, é importante registrar que o diário de leitura não é um fim em si, é um meio. O fim, a finalidade é a autoetnografia, é a análise do que escrevi no diário que produzi.

## Autoetnografia<sup>6</sup>

Em primeiro lugar, é preciso saber que não se faz autoetnografia apenas com diários de leitura, mas, neste caso, essa foi a ferramenta que julguei apropriada para registrar a forma como era afetada pela leitura de *O som do rugido da onça*. Já a análise dessa afetação me solicitou o olhar apurado da autoetnografia.

A definição de autoetnografia é, em termos, muito simples. *Auto* se refere ao eu, eu mesma. *Grafia* remete à escrita. E *etno* diz respeito ao grupo ao qual me sinto pertencente. Ou seja, *etno* tem a ver com as várias identidades que me atravessam: ser mulher, ser preta (de pele clara), mas também ter sangue indígena, viver no Nordeste, em Aracaju, ser professora universitária (o que, aliás, me embranquece), ter nascido em Curitiba e lá ter vivido até pouco mais do que os meus 30 anos, ser oriunda de uma família de classe média baixa que ascendeu um pouco ao longo do tempo. Essas diferentes “identidades”

[...] coloca[m] em xeque a própria plausibilidade do termo “identidade”, exatamente porque ele pressupõe uma estabilidade que impossibilita a percepção dos deslocamentos dos sujeitos, das interações sucessivas entre sujeitos, das contínuas alterações das posições de poder e hierarquia que se estabelecem entre sujeitos, dos processos de identificações sucessivas – e parciais – entre sujeitos, e das alterações que tudo isso significa para uma suposta identidade estável, pessoal ou de grupos (Versiani, 2005, p. 219).

Um dos aspectos mais interessantes na exposição de Versiani é o fato de ela admitir a instabilidade dos grupos aos quais pertencemos e não apenas ao nosso eu individual. Acima, eu disse que minha família passou por uma pequena ascensão social. Essa ascensão acarretou uma série de modificações no consumo de alimentos, de moradia, de roupas, de conhecimento, de viagens. Nessa medida, posso afirmar com segurança que não estou mais na mesma família na qual nasci e passei os meus primeiros anos de vida. Portanto, a

---

<sup>6</sup> Em “Um romance, um diário e alguns eus”, publicado na revista *Interdisciplinar*, v. 39, p. 13-28, 2023, abordo o conceito autoetnografia.

Multiplicidade não é uma mera troca de máscaras, pois é: [...] compreendida [...] como complexidade e singularidade, sobreposições simultâneas e cumulativas de papéis, identificações e sentimentos de pertença decorrentes dos constantes deslocamentos geográficos, da contínua interação com outros *selves* e das atribuições recíprocas de identidades entre *selves* (Versiani, 2005, p. 212).

A multiplicidade que constitui o sujeito é o foco da autoetnografia. Esse é o campo do estudo de um eu (*auto*), que é múltiplo, porque atravessado por diferentes identidades ou *selves* (*etno*), a partir de uma escrita (*grafia*). Logo, a autoetnografia é marcada pela relação constante e permanente entre o eu e o outro. O conteúdo do diário de leitura por si só demonstra o aspecto relacional da autoetnografia. Se eu falo o que sinto a respeito de uma determinada passagem do romance, esse sentir está atravessado por outras vozes. Aprendemos a sentir. Somos ensinados a ter ódio ou amor por um time de futebol, um político, uma ideia, um comportamento. Podemos recusar tal ensinamento, mas é provável que essa recusa nos afaste de um ou mais grupos que nos sejam caros: nossa família, amigos, colegas. Se insistirmos na resistência, teremos que construir ou nos constituir em outro/s grupo/s, ou seja, as relações vão continuar por meio de novas afinidades. Logo, quando digo o que sinto, digo o que outros sentem ou potencialmente poderiam sentir, nunca falo apenas de mim. A minha voz traz em si muitas outras vozes que se calaram ou foram caladas.

Assim, o sujeito múltiplo que se constitui na autoetnografia traz à tona “corpos negligenciados, experiências ignoradas, lutas silenciadas, pensamentos esmagados” (Manzoni-de-Almeida, 2021, p. 34-35) e possibilita que sejam “válidos e importantes para a constituição de uma linha da epistemologia marginal à linha hegemônica, universal e dominante” (Manzoni-de-Almeida, 2021, p. 34-35).

### **A primeira maloca**

Meu diário de leitura possui 12 páginas em aptos 11 (fonte e tamanho dos tipos). A primeira entrada foi realizada em 20 de maio de 2024 e a última, em 27 de maio de 2024. Durante este período, ocorreram 8 registros, sendo um por dia.

Inicialmente apresentarei as minhas condições gerais de leitura do romance e registro no diário. Tais condições, sobretudo as psicológicas, se alteraram em cada um dos dias. Li e escrevi da cozinha ou do escritório do meu apartamento. Se de manhã, da cozinha. Se de tarde ou à noite, do escritório. A variação se deu em função do calor. A cozinha é mais fresca pela manhã e o escritório é meu local preferido de trabalho, por isso me transferia para lá à tarde. Em termos psicológicos, começo o registro da leitura animada, gosto de escrever diários – esse é o meu

terceiro.<sup>7</sup> No entanto, a ansiedade logo me toma e se manifesta em três tipos de comentários que se repetem. A necessidade de conclusão rápida da leitura do romance e da escrita do diário é um aspecto. Afinal, havia um prazo, o prazo de uma apresentação da análise em um evento. O outro aspecto se refere aos desvios constantes de atenção para o celular: “E aqui me esforçando em não espiar o celular. Terei que ir num retiro pra me limpar desse vício?!” (Santos, 2024, p. 3). Comentários como esse são recorrentes ao longo da escrita, porque foi preciso me policiar para não verificar o aparelho a todo o instante. O terceiro tipo de manifestação do meu estado de espírito se refere à ansiedade climática, que foi grande durante a leitura de *O som do rugido da onça*. Segue um exemplo:

Cap. 2. “A terra sempre vomita o que lhe faz mal” (Verunschck, 2021, p. 90). É o que espero que ela faça conosco, já que minhas esperanças em uma conscientização global são pequenas. Hoje cedo li um artigo descontruindo as pirações interesseiras de uns caras: colocar guarda-sóis gigantes no espaço para diminuir a incidência de raios solares e vaporizar enxofre – neste último caso, entre outras consequências, o céu passaria a ser branco. Nós comendo a terra e os caras têm essas ideias de jerico que acarretarão engolir tudo ainda mais rápido. Não é mais fácil parar de produzir e consumir tantas coisas? Não, né?, porque isso não dá dinheiro (Santos, 2024, p. 8).

É evidente minha insatisfação com o tratamento que as pessoas em geral, incluindo esses inventores, têm dado à emergência climática. Essas supostas soluções, a meu ver obtusas, só aumentarão ainda mais a exploração do planeta. Como deixo claro no excerto, para mim, só há uma solução: reduzir o consumo drasticamente.

É necessário dizer que o diário de leitura é um recorte da minha vida, ele não é a minha vida, apenas mostra partes de alguns *selves* que me atravessam. Esses *selves* são verdadeiros, ou melhor, foram verdadeiros quando registrei minhas impressões de leitura, que podem ou não ter se mantido. Ou seja, o diário de leitura revela uma fração do que fui como leitora ao ler *O som do rugido da onça*. E quando digo “fração do que fui” é porque mesmo naquele momento é provável que eu não tenha conseguido captar tudo o que me passou pela cabeça e pelo coração. Também é preciso dizer que eu, como uma totalidade, não existe. “Mire e veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando” (Guimarães Rosa, 1986, p. 21), já dizia Riobaldo. O eu se dá em relação ao outro e ao mundo e como tal é dinâmico. Portanto, toda e qualquer citação que eu – ou eus – fizer do meu diário de leitura não é eu, são alguns dos *selves* que o livro de Verunschck despertou

<sup>7</sup> A minha segunda leitura de um romance – *As doenças do Brasil*, de Valter Hugo Mãe – foi analisada no artigo “Um romance, um diário e alguns eus”, publicado na revista *Interdisciplinar*, v. 39, p. 13-28, 2023.

em mim. Um eu ou vários eus se constituem no processo de leitura. O romance me instigou a ser alguns seres, se eu o reler e escrever outro diário, será realmente outro diário com outros *selves*.

Outra constante nos meus registros foram menções a livros e escritores. Na contracapa de *O som do rugido da onça* “dou uma torcidinha de nariz para o nome de Itamar Vieira Junior – que me desculpem, ou não, os fãs” (Santos, 2024, p. 1). Comecei pela quarta capa e me deparei com o nome de um autor a quem não dispenso nenhum tipo de devoção, ao contrário, tenho algumas críticas a ele e a seu romance de estreia: *Torto arado*. Observo assim que um romance não começa pela primeira parte ou pelo primeiro capítulo. Neste caso, optei pela contracapa. E tem ainda as resenhas a que tive acesso e o fato de eu ser professora de literatura. Tudo isso somado inviabiliza a existência de uma leitora ingênua. Na verdade, a maioria de nós não se apresentará como um *naïf*. Todos começamos pelo meio, isto é, todos começamos já iniciados nas coisas do mundo.

No segundo parágrafo do meu diário de leitura me detenho em uma das epígrafes de *O som do rugido da onça*.

Tive que parar para anotar *Caderno de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo, na minha lista de livros a comprar. É daí a epígrafe da parte: “No princípio eu era de carne e estava na terra”. Já deveria ter anotado esse livro. Vi uma resenha no YouTube outro dia e me pareceu interessantíssimo, mas na hora me passou, devo ter saltado para outro vídeo e não retive a informação, agora ele se atirou na minha cara. Aceito (Santos, 2024, p. 1).

Isabela Figueiredo é uma autora portuguesa que escreve para falar criticamente da colonização feita pelo seu país. A ideia de colonização é uma constante durante minha leitura e instigará vários comentários meus nessa direção.

Minhas menções a livros e autores brotam de menções feitas no próprio livro de Verunschk. Apenas registrei de forma breve pensamentos que me vieram à mente nesse contato. Daqui para frente isso se altera e minhas citações não mais serão limitadas a nomes cedidos pela escritora.

Cap. 3. Quando Iñe-e onçou ainda criança pequena e passou a receber o temor e repulsa do pai, que a essa altura já era próximo dos brancos. Reparei que com 7 anos, após uma festa na qual foi pelas mãos do avô, a menina foi apontada para, aos 12, ser iniciada numa espécie de xamanismo. Depois de conhecer Davi Kopenawa, passei a ter muito respeito por xamãs, só depois de *A queda do céu* passar [e] me rasgar os olhos, abri meu coração (Santos, 2024, p. 2).

As lições dos livros. *A queda do céu* (2015), do líder indígena Davi Kopenawa e do antropólogo Bruce Albert, me ensinou muitas coisas, perder o preconceito com o xamanismo foi uma delas. Mas é *O som do rugido da onça* que me

faz perceber isso, tomar consciência. Em outras palavras, (re)lemos muitos livros quando lemos um livro. Obviamente isso não diz respeito a todas as pessoas que leem. Eu estabeleci relações entre o romance e outros livros porque foram surgindo em minha mente e porque esse universo me constitui. Afinal, sou professora de literatura. Porém, essas não são as únicas relações que estabeleci e, provavelmente, não serão as de diversos outros leitores. Nem eu mesma, se voltar mais uma vez a *O som do rugido da onça*, o lerei da mesma forma.

Um pouco adiante, escrevo:

Cap. 4. É muito duro ler que o pai de Iñe-e a deu de presente a Martius. Cara! O que é isso? Como disse, esta é a minha terceira leitura, mesmo assim, me parece ultrajante o que faz esse pai. Claro que o que Martius faz é mais ultrajante ainda. Ele compra crianças e aceita esse presente. E o pai, esse filho de uma égua, que antes vendia apenas os inimigos, passara a vender as mulheres e as crianças da própria aldeia, elas viraram moeda de troca, ele “pegara a doença dos brancos” (Verunsch, 2021, p. 22), ou seja, passara a querer ser um deles. Kopenawa também sofreu isso quando era jovem. Ele também demorou um pouco para entender quem realmente eram os brancos. Hoje ele vive sob (mais um) o temor de ver os jovens Yanomami querendo seguir esse caminho autodestrutivo. Me pergunto, em que momento nos convencemos que viver nesta sociedade fracassada era melhor do que viver na mata? Quando nos convencemos a usar roupas, a trabalhar forçada e forçosamente? Quando nos convencemos de morrer em vida? (Santos, 2024, p. 3).

Questionamentos se repetem em várias das minhas entradas. No entanto, gostaria de destacar o sentimento de ultraje que me toma ao ter contato mais uma vez com a informação de que o pai de Iñe-e, uma das crianças indígenas, foi dada de presente para o naturalista. Não estou ultrajada com o que aconteceu. Não sei o que aconteceu de fato. Estou ultrajada com o que leio no romance de Verunsch. Portanto, a coisa em si não precisa ter acontecido exatamente como é relatada em uma ficção. Se a autora quisesse fazer história, ela teria escrito um livro de história e não um romance. Estar diante de uma obra de ficção não diminui minha indignação – porque os sentimentos não são feitos de realidade, mas pela forma como o que temos diante de nós nos afeta. Outro ponto relevante nesse registro, admito que o pai de Iñe-e é, em termos, uma vítima da colonização, pois sofre de uma espécie de autorracismo, “a doença dos brancos” (Verunsch, 2021, p. 22). Ele foi levado a crer que faz parte de um grupo inferior e passa a desejar ser quem não é. No meu registro destaco que esse sentimento também tomou conta de Davi Kopenawa quando jovem, mas que hoje não quer mais ser branco e busca demover jovens Yanomami dessa vontade. Kopenawa sabe que essa é a receita certa para o etnocídio de seu povo. Além desses comentários, agrego no mesmo registro mais uma reflexão: teríamos sido convencidos de que a vida que levamos é melhor do

que a dos indígenas. Daí para acharmos que somos melhores do que eles, é um passo. Finalmente, gostaria de destacar o arco feito na citação acima. Começo em *O som do rugido da onça* e termino elucubrando criticamente sobre a sociedade que construímos. Logo, a minha leitura naquele momento me levou a refletir sobre questões que não estão postas no romance de Verunschik. A literatura nos conduz de um ponto a outro sem nos darmos conta. O diário de leitura contribui para que tomemos consciência, entre outras coisas, das inúmeras associações que realizamos a partir de uma obra literária. O diário de leitura demonstra que essa associação de ideias não é tão livre nem aleatória como pensamos.

Todavia, nem só de menções a Davi Kopenawa é feito meu diário de leitura, outros nomes emergem:

A narradora [fui eu quem atribuí gênero à enunciação] afirma que Martius “esqueceu” de mencionar em seu diário as mulheres indígenas que o trataram quando esteve doente. Esquecer, apagar, silenciar, matar, verbos caros ao colonialismo. E esses europeus de hoje querendo que nós não toquemos no assunto, dizendo que isso já passou. Passou o caralho! Isso moldou a América Latina, isso nos fez o continente mais violento do mundo. Fomos violentados de todas as formas e agora violentamo-nos de todas as formas. Ouvi alguém dizer que o ser humano em estado natural é bom, porque um animal, qualquer animal, em estado animal é bom. Me pergunto quando estivemos em estado natural pela última vez? Quando nos alienamos da natureza e resolvemos que tudo seria dominado, nosso domínio? O que me faz pensar no lançamento do meu livro com Cicero<sup>8</sup> no último sábado. Falei algo sobre a loucura que é termos nos alienando da natureza, vê-la como mero recurso – como salienta Ailton Krenak. Temo que um dia a extrema direita dê as cartas do jogo do mundo e repare na catástrofe climática e então decida por uma daquelas soluções típicas deles: reduzir a população a meia dúzia de “homens de ‘bens” (Santos, 2024, p. 4).

O esquecimento é algo que parece nos constituir enquanto nação. Esquecemos ou somos esquecidos. Se somos parte do poder ou a ele nos alinhamos, estaremos entre os que esquecem. Se somos os sem poder, sem patrimônio, sem recursos, estaremos entre os que são esquecidos. É difícil não compor nenhum desses grupos em alguma medida. Martius esqueceu quem o ajudou porque considerou essas pessoas desimportantes. Hoje a Europa deseja que nos esqueçamos da colonização porque somos desimportantes e para não nos indenizar. Na citação, passo dessas conjecturas para Ailton Krenak afirmando que reduzimos a natureza a recursos, recursos naturais, dizemos. Um rio não tem valor em si. Seu valor é proporcional

---

<sup>8</sup> Refiro-me a *Espiraís da loucura*: Cornélio Penna e Clarice Lispector (2024), publicado em co-autoria com Cicero Bezerra, também professor na Universidade Federal de Sergipe (UFS).



às vantagens que pensamos em obter ali. Penso em *Ideias para adiar o fim do mundo* (2020), provavelmente o livro mais conhecido de Krenak. Da liderança indígena passo à extrema direita e suas soluções simplistas para problemas complexos: diminuir a população do planeta. A extrema direita fará isso? Não sei, apenas conjecturo. Mas, de novo observo, é a partir de *O som do rugido da onça* que enveredo por esses pensamentos. Todos que leem o romance fariam as mesmas associações? Naturalmente, não. Além da própria história, cada um leva para o diário de leitura o que sente e pensa quando lê. Por outro lado, manifesto na minha leitura aspectos que outros poderiam manifestar. Afinal, não sou a única pessoa que leu Krenak e Verunschik. Tampouco sou a única a temer a extrema direita e sua necropolítica, já demonstrada em diversas oportunidades – durante a pandemia, viu-se o descaso total com os indígenas, a propósito, não apenas com os indígenas.

Não só da memória de livros se constitui o meu diário de leitura, adaptações filmicas também emergem:

Cap. 18. Iñe-e e o menino Juri se tornam os brinquedos das filhas do rei. Escravo, brinquedo? Qual a diferença? Nenhuma. Não à toa essas crianças vão adoecer até a morte. É de paralisar a espinha o medo que Iñe-e sente das bonecas das filhas do rei – ela mesma uma boneca se antevê ali. E eu me lembro de *Never let me go*, um dos filmes/livros mais tristes que vi/li na vida. No romance não, mas no filme tem uma cena de bonecas desmembradas que é uma metáfora da história das personagens, uma metáfora da história que vai se desenrolando diante dos nossos olhos. Os protagonistas são clones que foram criados para “doarem” seus órgãos tão logo se tornarem adultos. Há um mito que corre entre eles de que aqueles que estiverem em uma relação na qual haja um amor verdadeiro poderão ser poupados das doações finais por algum tempo. Esse mito cria uma esperança de adiamento do fatídico dia. Triste demais. Vá assistir, se não assistiu ainda. Bom demais (Santos, 2024, p. 6).

Registro a recordação de um filme/livro que muito me afetou (e ainda afeta, por isso o registro): *Never let me go/Não me abandone jamais*.<sup>9</sup> O filme é de 2010, devo ter visto em 2011 no cinema, e o livro de 2005 eu li depois, acho que no mesmo ano em que assisti ao filme. Não me limito apenas a resumir de forma breve, mais o filme do que o livro, mas insto o leitor do meu diário a assisti-lo. Criar um leitor imaginário contribui na promoção, por meio de um diálogo ficcional, do meu entusiasmo por *Never let me go*. Não esperava (acho) um leitor, mas inventá-lo destacou o que eu pretendia dizer: “Vá assistir, se não assistiu ainda”. O verbo no imperativo demonstra não se tratar de um mero convite, mas de uma ordem, um apelo enfático, sem deixar de ter sua graça, pois a ordem não é dada

<sup>9</sup> O título do romance do escritor nipo-britânico Kazuo Ishiguro em inglês foi mantido na adaptação para o cinema realizada pelo diretor estadunidense Mark Romanek.

a um/a leitor/a real, por isso não se espera que ele/a a cumpra. O que me levou à lembrança do filme/romance foi Iñe-e e o menino Juri serem cedidos aos filhos do rei como brinquedos. Ela vira uma boneca nas mãos das meninas do rei. É a essa mesma passividade que estão expostas as personagens de *Never let me go*: é como se não houvesse humanos em ambos os casos. A propósito, o que é ser humano me atormenta e retorna alguns dias depois:

Vi um vídeo sobre Judith Butler e como ela discute, no geral de sua obra, a questão do que é ser humano. Já li um livro dela, um sobre o luto, tenho na estante, depois vou procurar. Acho que a discussão dela vai por aí mesmo. Isso me interessa muito, porque falar de racismo contra os indígenas – e outros racismos, claro – é falar, como diz Krenak, se é que ele diz isso, agora me deu uma dúvida dos termos exatos, enfim, é algo assim: há pessoas que são mais humanas e outras que são menos. A Butler parece pensar sobre isso, quando certos grupos se tornam problemas para um outro grupo porque não se encaixam em uma determinada normalidade – que pode ser definida em termos de gênero ou de cor da pele ou de classe social ou de identidade nacional etc. A questão para ela seria o problema, qual é o problema, por que há um problema. Aliás, esse papo de o que é normal, normalidade, padrão etc. também me interessa. Os indígenas são um “problema” em diversos níveis: não se encaixam na lógica do capital, vivem e protegem a floresta, não são cristãos, andam nus, organizam suas sociedades de uma forma muito própria, não se interessam em consumir tampouco por acumular ou ter propriedades privadas, não são brancos etc. (Santos, 2024, p. 10).

Mesmo que Martius e Spix não considerem as crianças indígenas como não humanas, é evidente que há, no mínimo uma hierarquia entre eles. Os naturalistas teriam decidido salvar Iñe-e e o menino Juri da barbárie, eles teriam sido resgatados e não sequestrados. Salvos do quê? Da antropofagia, da cultura indígena, da falta de religião e de governo? Ao serem levados para a Europa, estariam ganhando a oportunidade única de se tornarem civilizados. Nas palavras de Ailton Krenak: “A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível” (2020, p. 11). As crianças foram apartadas de suas comunidades e não foram protegidas da civilização, tampouco da morte que esse contato lhes causaria. São essas questões que me fazem relacionar o romance de Verunschik ao pensamento de Judith Butler expresso em um vídeo assistido no YouTube e no livro escrito por ela. Livro que confirma de várias maneiras o que eu havia visto: “Certas vidas serão altamente protegidas, e a anulação de suas reivindicações à inviolabilidade será suficiente para mobilizar as forças de guerra. Outras vidas encontrarão um suporte tão rápido e feroz e nem sequer se qualificarão como ‘passíveis de ser enlutadas’”

(Butler, 2019, p. 52). As vidas das duas crianças indígenas – e as dos indígenas em geral – são classificadas nesse último tipo, não são passíveis de luto porque nada ou pouco valem. É verdade que *O som do rugido da onça* expressa a forma como a rainha e Spix teriam sido afetados pelas mortes de Iñe-e e do menino Juri, todavia, parece ser um sentimento mais próximo da culpa do que do luto. Ambas as crianças não estavam suficientemente vivas para terem suas mortes lamentadas de fato.

Se a violência é cometida contra aqueles que são irreais, então, da perspectiva da violência, não há violação ou negação dessas vidas, uma vez que elas já foram negadas. Mas elas têm uma maneira estranha de permanecer animadas e assim devem ser negadas novamente (e novamente). Elas não podem ser passíveis de luto porque sempre estiveram perdidas, ou, melhor, nunca “foram”, e elas devem ser assassinadas, já que aparentemente continuam a viver, teimosamente, nesse estado de morte. A violência renova-se em face da aparente inescapabilidade do seu objeto. A desrealização do “Outro” significa que ele não está nem vivo nem morto, mas interminavelmente espectral (Butler, 2019, p. 54).

Alguém pode objetar que as crianças não foram assassinadas, porque morreram de causas naturais. É a ausência de anticorpos para os vírus circulantes na Europa que lhes foi fatal. Porém, as causas naturais que as mataram não estariam presentes nas aldeias na quais viviam e elas não atravessaram o Atlântico por desejo próprio ou dos seus, à exceção do pai de Iñe-e. Para os europeus que as rap-taram, as crianças não são pessoas como eles se creem ser, logo, não serão pessoas mortas como eles seriam, são figuras espectrais e, como tais, povoarão suas mentes culpadas até o fim de suas existências, ao menos no romance.

Além disso tudo, ao apagar deliberadamente os nomes de Iñe-e e do menino Juri e batizá-los com nomes europeus, os naturalistas apagam também suas histórias. Tal atitude não passa despercebida no livro de Verunschik, tampouco no meu diário de leitura.

Como Isabella e Johann são batizadas as duas crianças indígenas. A narradora discorre sobre o nome do rei. De um rei pode se retirar tudo, inclusive a vida, menos seu nome. Sua história, seja qual for, será de alguma forma preservada. Iñe-e e o menino Juri não, serão dois rostos sem história sempre – ou terão no máximo uma história inventada como *O som do rugido da onça*. Esse livro também é triste demais (Santos, 2024, p. 6).

Neste momento, discordo do meu eu diarista, pois esse resgate, ainda que ficcional, não deveria ser minimizado me parece agora. A propósito, tal discordância reitera a instabilidade e a multiplicidade do eu (Versiani, 2005, p. 212). Abandono meu eu do passado, ainda que de um passado recente, e abraço Judith Butler, quando comenta os relatos daqueles que padeceram no ataque ao World Trade Center em 2001:

Não podemos deixar de imaginar, no entanto, que efeito humanizador essas narrativas têm. Com isso, não quero dizer simplesmente que elas humanizam as vidas que foram perdidas juntamente àquelas que escaparam por pouco, mas que reproduzem a cena e proporcionam a narrativa pela qual se estabelece “o humano” passível de luto (Butler, 2019, p. 59).

A história inventada por Verunschik também preenche uma lacuna que dá às vidas perdidas de Iñe-e e do menino Juri não só humanidade, mais do que isso, atribui-lhes o que não tiveram, um luto. É por isso que *O som do rugido da onça* me é “triste demais”, porque lamento neste instante – e não só quando li o romance – essas vidas que foram apagadas por dois séculos. A gravura<sup>10</sup> das crianças mencionada no romance ganha estofado. Elas não são mais apenas uma imagem que as nomeia pela sua etnia (Miranha e Juri), porque passaram a ser, parafraseando Drummond,<sup>11</sup> um retrato na parede que dói. Agora foram nomeadas e, sobretudo, têm uma história na qual são as protagonistas.

## A segunda maloca

Trato agora do papel da exibição e da exposição no meu diário de leitura. Não é um tema no qual me detenho muito, com certeza há outros que me tomaram de forma mais incisiva, mas que não cabem aqui porque não teriam uma relação clara com a parte anterior. Além de a exibição e a exposição serem mais centrais em *O som do rugido da onça*, também dizem respeito ao que mostro de mim mesma. Passo assim à primeira citação sobre a questão:

Ao chegar à Baviera, num desejo de onça, Iñe-e quer matar todos os homens: o pai, os missionários, os cientistas. Se onça fosse, só pouparia as crianças, as mulheres e os velhos.

Curiosos querem ver as crianças. Spix não deixa Martius cobrar pelo “serviço” que prestam à comunidade na exibição (Santos, 2024, p. 5).

O ódio da menina não é percebido ou é desconsiderado pelos naturalistas. Não bastou raptar Iñe-e e o menino Juri. Na verdade, raptá-los só fez sentido para exibi-los em público, porque exibi-los é exibir o grande feito que a viagem representa para o espírito colonialista europeu. Por mais que os indígenas sejam vistos como menos humanos por Spix e Martius, ainda estão num nível superior às plantas e aos animais que colecionaram do Brasil. Exibi-los equivale, portanto, a exibir um troféu, equivale a ter o trabalho laureado pela comunidade na

<sup>10</sup> A imagem das crianças foi registrada em litografias que fazem parte da Coleção Brasileira do Itaú Cultural.

<sup>11</sup> Cf. o poema “Confidência do itabirano”, do livro *Sentimento do mundo* (1940).

qual vivem. De certa forma, assistindo e aclamando a exibição, a comunidade orgulha-se de ambos e de si própria, afinal são dois dos seus que foram capazes de tamanho empreendimento. E, claro, de todos que podem laureá-los, ninguém o fará melhor do que o monarca:

Visita das crianças ao castelo do rei, o mesmo que autorizou a viagem que as raptou. E aí me aparece essa valiosa menção: “A lâmina translúcida dos espelhos a multiplicar os corpos avisa do perigo de lhes reter a alma” (Verunschik, 2021, p. 66). Os espelhos são um dos maiores símbolos da sedução à qual os indígenas foram submetidos pelos invasores. “Nos deram espelhos e vimos um mundo doente”. Iñe-e, obviamente, se sente péssima por ser exposta no castelo: “Era um festejo bárbaro, e ela e os outros, o butim.” (p. 67). Os indígenas são o butim de uma guerra que se fez e se faz na invasão, na exploração e na extração (Santos, 2024, p. 5).

Mais uma vez, manifesto minha indignação diante do aviltamento ao qual são submetidas as duas crianças. Todavia, há outros aspectos a serem observados nesse registro. Iñe-e se depara com espelhos. Esses objetos (nos) expõem, são os duplicadores por excelência de imagens e, antes de tudo, os símbolos de uma troca desigual entre os invasores e os indígenas, como atesta minha menção aos versos da música “Índios” (1986), de Renato Russo. Não à toa, a menina sente medo, ela sabe que algo dela e do seu povo se perde/se perdeu em espelhos.

Como ninguém é exibido contra a própria vontade em vão, a menina indígena tem uma reação ou uma revelação durante o momento constrangedor:

É ali, ainda no castelo, ao ser observada e tocada por um sujeito, que outra cena vem à mente de Iñe-e: “Relembra o dia no navio em que acordara com as mãos do capitão entre suas pernas” (Verunschik, 2021, p. 68). Ou seja, ser observada e tocada em público equivale a um estupro (Santos, 2024, p. 6).

Seria melhor ter dito que “ser observada e tocada em público equivale a um *novo* estupro”, mas resisto a “dar uma mãozinha” ao meu diário de leitura porque concordo com Lejeune sobre a postura ética a ser adotada pelo/a diarista: “Não lhe passará pela cabeça a ideia de ‘trabalhar’ o texto” (2008, p. 330), alterá-lo está fora de cogitação, salvo se isso for feito “no momento da escrita, no próprio dia e não mais tarde” (2008, p. 330).

Iñe-e tem dimensão do horror de estar sendo exposta como se fosse uma coisa qualquer. Então ela é atirada a outra cena, quando também fora tratada como coisa no navio que a levava contra sua vontade do Brasil à Europa. De fato, não somente ela, mas o/a leitor/a igualmente é devolvido/a ao navio, pois durante a narrativa do percurso não se soube da violência sexual. É como se Verunschik tentasse causar em nós o mesmo impacto que Iñe-e teve ao associar os dois horrores. Para a

menina, ser exibida nas salas do castelo do rei da Baviera equivale a ser estuprada de novo e de novo, porque isso fere sua dignidade. Sempre estão tirando algo dela, sua imagem, seu corpo, sua vida.

Será em uma exposição,<sup>12</sup> outro lugar de exibição, que Josefa “conhecerá” as duas crianças que foram raptadas em 1820. Josefa é nossa contemporânea, ela vive no tempo presente. Em *O som do rugido da onça*, o século XIX cede espaço algumas vezes para este começo de século no qual vivemos. É Josefa, uma personagem descendente de indígenas (como muitos de nós), que resgata Iñe-e e o menino Juri. Primeiramente, ela os vê em gravuras nessa exposição em São Paulo. É assim que registro esse momento único em meu diário de leitura:

[...] Josefa observa: “Nas gravuras, os rostos dos índios parecem todos olhar para ela, como se estivessem vivos, ou melhor, como se fossem fantasmas espantosamente nítidos e perscrutando” (Verunschck, 2021, p. 88). Muito boa essa comparação entre os indígenas e os fantasmas. Posso escrever um artigo sobre isso aproveitando tudo que já sei sobre fantasmas. Os indígenas são fantasmas vivos no Brasil.

Josefa segue na exposição: “*Os índios vistos como parte da fauna*: o texto da parede em letras graúdas a atinge como um soco”. (Verunschck, 2021, p. 89 – destaque da autora). As palavras não param de bater: “Os naturalistas Spix e Martius chegaram a levar do Brasil para a Alemanha o casal de índios representado nestas gravuras (*Miranha e Juri*, 10 e 11). Sem imunidade alguma contra doenças comuns na Europa, mesmo uma simples gripe, o casal morreu depois de apenas alguns meses no novo clima. / Os costumes e adereços dos índios suscitavam grande curiosidade no Velho Mundo e, por isso, foram assunto obrigatório dos primeiros álbuns publicados na Europa, com base nos desenhos realizados no Brasil por artistas e naturalistas viajantes” (Verunschck, 2021, p. 89). Como diz a narradora/Josefa diante deste texto do curador da exposição, não há “nenhuma vergonha em naturalizar a barbárie” (Verunschck, 2021, p. 89). É isso, naturalização da violência escamoteada num discurso supostamente neutro. Não existe neutro diante da violência. Quem fica neutro diante da violência fica do lado do violador (Santos, 2024, p. 8).

Após cogitar a escrita de um artigo associando indígenas a fantasmas, manifesto minha revolta diante da desfaçatez com que a violência impetrada contra as crianças é descrita. No texto da exposição, elas são “parte da fauna”, são animalizadas. Claro que depois de Deleuze e do devir animal,<sup>13</sup> isso, por si só, não me ofende, mas compreendo a indignação de Josefa porque entendo “o que o autor quis dizer” – o autor do texto da exposição. Vivos ou mortos, os indígenas são sempre expostos, são objetos a serem observados passivamente, nunca os deixam sair do

<sup>12</sup> Da Coleção Brasileira Itaú, no Instituto Itaú Cultural.

<sup>13</sup> Refiro-me ao v. 4 de *Mil platôs*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

lugar do exótico. É desse lugar que Josefa pretende resgatá-los. Tocada pelo que viu e leu na exposição em São Paulo, decide viajar até a Alemanha. Lá, ela deixa de ver as crianças como outras e passa a se ver – como em um espelho – nelas. A imagem ainda é a mesma da litografia vista na exposição no Brasil, no entanto, algo mudou:

[...] sendo olhada e olhando (Didi Hubermann) para a gravura que comprou das duas crianças, ainda na Alemanha, num banco do jardim do palácio Residenz (nome combina total com a cena), Josefa se sente pela primeira vez entre os seus, encontra nas crianças mortas a si própria, são sua família (Santos, 2024, p. 10).

Além de uma breve menção ao título de um dos livros de Didi Huberman<sup>14</sup> – mais um autor lembrado por mim durante o percurso de leitura –, constato que Iñe-e o menino Juri não são mais exóticos, agora eles são Josefa. Linda cena. Do outro lado do Atlântico, no local em que as crianças morreram, olhando e sendo olhada por eles, Josefa se sente em casa.

## Finalmente

Dos vários *selves* que se constituíram no contato com *O som do rugido da onça*, limitei-me a destacar uns poucos. O *self* da leitora-professora de literatura foi o mais evidente, afinal, são muitas as referências a autores/as e obras. Vale salientar que a leitura de um romance que movimenta a memória de outros escritos e escritores/as não fica de forma alguma circunscrita à literatura. Isso ocorre porque a literatura nunca é apenas sobre ela própria. Transitei por Itamar Vieira Junior, Isabela Figueiredo (que ainda não li), Kopenawa, Krenak, Kazuo Ishiguro – adaptado por Mark Romanek para o cinema –, Judith Butler. Como eu, esses autores e autoras estão atravessados por diferentes *selves*. O que essas memórias de leitura dizem não é pouco, afinal, são obras ficcionais ou filosóficas que expressam uma preocupação com os excluídos, excluídos da ideia de humanidade. Por trás do *self* leitora-professora de literatura há outros *selves* que por sua vez se desdobram em muitos.

Outro *self* que se mostrou foi o da mulher revoltada diante de (mais) um estupro de (mais) uma menina, uma menina indígena. Aquela avó/bisavó/tataravó “pega a laço” está aqui; a minha, a sua, a nossa. Consequentemente, estive no meu diário de leitura o eu com ancestrais indígenas distantes (tão distantes que ignoro quando e quem). Sou de uma família que, como tantas outras neste país, fez questão de esquecer suas origens quando elas não agregavam capital social – o que é revoltante e, ao mesmo tempo, compreensível.

<sup>14</sup> *O que vemos, o que nos olha*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1998.

Termino assim este texto com *selves* possíveis e que foram exibidos e expostos no meu diário. Não fui exibida nem exposta como Iñe-e e o menino Juri, pois o diário foi escrito e analisado por mim mesma. Tive controle sobre o que escrevi e foi algum dos meus *selves* quem selecionou o que compareceu aqui. Muitos *selves* ficaram de fora, especialmente aqueles que diziam mais da minha intimidade: dos meus ressentimentos, dos meus medos, dos meus amores. Espero ter conseguido, com o que me permiti exibir, revoltar alguém com a minha própria revolta diante de uma história tão violenta contra os indígenas que, infelizmente, não dá mostras de recuo.

## Referências

- BUTLER, Judith. **Vida precária**: Os poderes do luto e da violência. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- GUIMARÃES ROSA, João. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LEJEUNE, Philippe. Diários e blogs. *In: O pacto autobiográfico*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 257-368.
- MANZONI-DE-ALMEIDA, Daniel. **Uma análise autoetnográfica da leitura da obra “A vida de Galileu” de Bertold Brecht**: o desenvolvimento de um anticorpo político. 2021. 255f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, 2021.
- SANTOS, Josalba Fabiana dos. Diário de leitura: uma entrada, uma saída. *Ecos*, v. 28, p. 24-63, 2000.
- SANTOS, Josalba Fabiana dos. Um romance, um diário e alguns eus. *Interdisciplinar*, São Cristóvão, UFS, v. 39, p. 13-28, 2023.
- SANTOS, Josalba Fabiana dos. **Diário de leitura**. Manuscrito. 2024.
- VERSIANI, Daniela Beccaccia. **Autoetnografias**: conceitos alternativos em construção. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.
- VERUNSCHK, Micheliney. **O som do rugido da onça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.